



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682403 - SC (2021/0232635-7)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCA DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : ALTAMIR FRANCA
ADVOGADO : ALTAMIR FRANÇA - SC021986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : SILVIO JOSE DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : SEBASTIAO ROSAS DE MEDEIROS NETO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SILVIO JOSÉ DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 1.0000.21.108992-5/000).

O paciente foi preso em flagrante, teve a custódia convertida em preventiva e restou denunciado pelos delitos descritos nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06. A defesa formulou pedido de diligência para produção de provas e o pleito foi indeferido pelo Juízo processante.

O impetrante sustenta a existência de cerceamento de defesa, em razão do indeferimento do pedido de expedição de ofício ao 10º Batalhão para que fossem fornecidas as imagens capturadas individualmente por cada policial envolvido na diligência que culminou com a prisão do paciente, bem como a identificação de cada agente que participou da ocorrência.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferida a diligência pretendida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para o indeferimento do pedido (fl. 165):

O impetrante aponta constrangimento ilegal no indeferimento do pedido de produção de provas, consistente em obrigação da juntada de imagens capturadas pelas câmeras individuais dos policiais envolvidos na ocorrência, bem como a identificação de cada um. Não se trata, pois, de erro ou abuso a implicar inversão da ordem legal do processo. A negativa do pedido pela magistrada de primeiro grau é decisão adequada ao curso do procedimento, apenas não atendeu aos anseios da defesa. Pois bem. Ao que consta da decisão que indeferiu o pedido, "as dúvidas poderão ser solucionadas em audiência, sem prejuízo de diligência complementar, desde que justificadamente, o que não ocorre no

presente momento" e que "não há razão para nomear todos os agentes de segurança pública que estão lotados no batalhão e estavam de serviço na oportunidade do flagrante aqui processado" (ev. 38 dos autos n. 5011996-08.2021.8.24.0008). Vé-se, pois, ter concluído a magistrada singular pela dispensa da prova, a partir do seu livre convencimento motivado, não havendo falar em constrangimento ilegal, no que agiu com manifesto acerto.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência